

GOTA DE ÁGUA

Folha Informativa da CDU- Nº3, Maio de 2015

EDITORIAL

Com a edição do nº 3 da Gota de Água a CDU mantém a sua presença regular junto da população da Mina de Água, na linha de cumprir o prometido: Informar sempre!

Os problemas da freguesia e do país, sendo preocupação constante da CDU, são trazidos pelos seus eleitos para as Assembleias de Freguesia, quer sob a forma de moções, quer no debate dos diferentes pontos das Ordens de Trabalho.

O 3º número da Gota de água é editado no momento em que se comemoram os 41 anos do 25 de abril.

Lamentavelmente, em véspera da comemoração desta data histórica, a maioria PS, sob a liderança de uma presidência prepotente, provocou na última Assembleia de Freguesia um incidente que envergonha a democracia, ao rejeitar, em bloco, a admissão para discussão de uma saudação ao 41º aniversário do 25 de abril e 1º de maio,

das moções sobre as privatizações nos transportes, sobre o direito à habitação, apresentadas pela CDU (esta última em conjunto com o Bloco de Esquerda).

«Discutir melhores transportes e o direito a uma habitação condigna não é politiquice», como afirmámos em comunicado.

O abandono da Assembleia de Freguesia de dia 21 de abril de 2015, por parte da CDU e do BE, reflete a justa indignação face ao desprezo pela democracia evidenciado pela atuação da bancada do PS.

Na verdade a maioria absoluta faz mal aos autarcas do PS, porque se traduz na política do quero posso e mando e faz mal à democracia!

Os valores de abril são um pilar fundamental do Poder Local Democrático e continuarão a ser inquestionavelmente defendidos pela CDU, também na Mina de Água.



Tendo em linha de conta o contexto de plena crise política e social, onde a instabilidade do emprego, o desemprego, a baixa dos salários e a redução das pensões têm levado ao empobrecimento das famílias;

Tendo em linha de conta o tecido social da Freguesia da Minha de Água onde reside uma larga franja da população em bairros sociais e subsistem vários núcleos de bairros degradados de génese ilegal;

A CDU considera-se que é necessário uma atenção especial por parte dos Órgãos Autárquicos e do Governo na resolução e tratamento destas famílias, de forma a controlar uma crise social eminente.

Habitação Social

O desenvolvimento da aplicação da Nova Lei das Rendas têm agudizado as condições sociais desta população e colocadas várias famílias em situação de insustentabilidade.

A CDU defende que:

- Sejam suspensos os aumentos das rendas sociais penalizadores das famílias mais necessitadas;
- Seja aberto um processo de diálogo que permita reavaliar a situação das famílias, tendo em atenção o rendimento disponível e uma taxa de esforço compatível com a respetiva capacidade financeira;
- sejam negociados planos de pagamento que prevejam o perdão de juros acumulados e permitam a regularização das dívidas em atraso.

Processo de erradicação dos Bairros Degradados

O modelo de intervenção encontrado no processo de demolição de barracas, tem-se caracterizado por uma deficiente informação à população e por um excessivo uso da força policial, violando em muitos casos a os direitos fundamentais.

A erradicação dos bairros degradados e o direito a uma habitação condigna deve ser um desígnio comum a todas as forças políticas, a CDU considera a continuação do Bairro de Santa Filomena insustentável, deve no entanto este processo ser desenvolvido em diálogo com as populações.

A CDU defende que:

- A suspensão das demolições dando provimento ao parecer do Provedor de Justiça e abrindo um processo de reavaliação da situação das famílias;
- Que não haja desalojamentos e demolições, quando se verifique a ausência de alternativas de alojamento para as famílias em causa;
- O reforço do serviço de acompanhamento e apoio às famílias carenciadas nomeadamente na área da habitação, da legalização e do encaminhamento de ituações particulares.



PELO DIREITO AO TRABALHO

A Junta de Freguesia da Mina de Água, persiste numa política de contratação de desempregados para trabalhar de forma gratuita com especial enfoque nos serviços de limpeza urbana, zonas verdes e manutenção, recorrendo aos **contratos de emprego inserção** do IEFP. Estima-se em função das dotações previstas para este ano que a Junta detenha um quadro de pessoal com cerca de 20% de trabalhadores nesta condição o que manifesta uma taxa de dependência elevada.



Os acordos de transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, tem agravado a situação, tendo em conta que estes não preveem a transferência de um quadro pessoal compatível, forçando as juntas a substituir postos de trabalho efetivos que detinha na Autarquia por trabalhadores precários.

Estima-se que em Portugal haja mais de 70 mil desempregados e desempregadas forçados a trabalhar para manterem o seu subsídio de desemprego (para o qual descontaram enquanto trabalhavam), estando o Estado, no poder central e no poder local a utilizar desempregados não remunerados pelo seu trabalho para substituir funcionários públicos despedidos, requalificados, colocados em mobilidade e em outras modalidades eufemísticas. É uma situação medieval.

A CDU em sede de Assembleia de Freguesia já denunciou em várias situações a utilização deste esquema, que multiplicado por centenas de juntas e câmaras municipais por todo o país, promovido pelo Ministro Mota Soares, visa retirar desempregados das estatísticas e esconder as graves necessidades de trabalhadores e trabalhadoras num país com mais de um milhão de pessoas realmente no desemprego.

TRABALHO • HONESTIDADE • COMPETÊNCIA

soluções
para uma vida melhor

PCP-PEV



LEGISLATIVAS 2015

CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



ELEITOS NA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MINA DE ÁGUA

**CLARINDA MARTA****EDUARDO DORES****CARLOS MOREIRA****IVONE SIMÕES**

CONTACTA A CDU NA FREGUESIA PARA
CDU-AF@MINADEAGUA.PT

COM O PCP, UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

Romper com política de direita e fazer emergir como possibilidade real uma política alternativa, patriótica e de esquerda, constitui não só um imperativo nacional e uma exigência patriótica como corresponde a uma legítima aspiração dos trabalhadores e do povo português. É esse o objectivo e a prioridade que o PCP toma em mão.

A concretização de uma alternativa política ao actual rumo de desastre para que o País tem sido conduzido nos últimos 40 anos, constitui um imperativo nacional e exigência patriótica.

Uma alternativa que tem na política patriótica e de esquerda a base essencial de concretização, assente em seis direcções fundamentais:

- **Renegociar a dívida**, rompendo com o garrote que ela constitui ao desenvolvimento soberano de Portugal;
- **Promover e valorizar a produção nacional** e recuperar para o controlo público os sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro;
- **Valorizar os salários e rendimentos** dos trabalhadores e do povo e assegurar o respeito pelos direitos;
- **Defender os serviços públicos** e as funções sociais do Estado, designadamente o direito à educação, à saúde e à protecção social;
- Adoptar uma **política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos pequenos e médias empresas** e tribute fortemente os rendimento do grande capital, os lucros e a especulação financeira;
- **Rejeitar a submissão às imposições do Euro e da União Europeia** recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária.

